



Universidade Federal do Pará
Centro de Ciências Agrárias da UFPA
Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF
Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica -MAFDS

Nº 14

**Exploração Agrícola Familiar e o Processo de Ocupação da
Região Transamazônica**

José Antônio Herrera
Gutemberg Armando Diniz Guerra

2006

Exploração Agrícola Familiar e o Processo de Ocupação da Região Transamazônica

*José Antônio Herrera¹
Gutemberg Armando Diniz Guerra²*

Resumo

O presente artigo tem o intuito de explicitar o importante papel da chamada Região da Transamazônica, considerada como fronteira ocupada para sanar os problemas sociais e agrários das outras regiões, por suas potencialidades agrícolas, como espaço em que coexistem diferentes forças do setor agrícola, e que por mais preconizada que tenha sido a exploração familiar, resistiu e existe com suas especificidades no cenário produtivo da região, gerando emprego e renda para os grupos ali habitantes. Destacam-se a concepção entendida por exploração familiar, o modelo de desenvolvimento imposto na região, as conseqüências vividas pelos sujeitos sociais envolvidos no processo de colonização, a forma de produção e os meios que mobilizam as categorias sociais para a produção e organização de suas vidas naquele espaço.

Palavras chaves: Exploração agrícola familiar; Ocupação; Fronteira Agrícola e Região da Transamazônica.

Abstract

This article has the aim of explaining the important role of the Region called Transamazon, considered as a border occupied to solve social and agrarian problems of the other regions, because its agricultural potentialities, as a place in which different forces of the agricultural sector coexist, and the more family exploitation has been left behind, and it resisted and exists with its specific features in the productive scenery of this region, creative jobs and income for the groups that live there. Highlighting the understood conception as family exploitation, the development pattern imposed in this region, the consequences lived by social subjects involved in the colonization process, the production form and the means that mobilize the social categories for the production and organization of their lives in that place.

Keywords: Agricultural exploitation; Occupation; Agricultural border and Transamazon Region.

¹ Professor da Universidade Federal do Pará – UFPA / Campus Universitário de Altamira. Pesquisador do Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET. E-mail: herrera@ufpa.br

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará – UFPA/ Centro de Ciências Agrárias, Belém. E-mail: gguerra@ufpa.br

A estrada determina a história regional

A Região da Transamazônica, como ficou conhecida a rede de municípios³ entre Pacajá e Ruropolis influenciados pela existência da BR 230, rodovia federal aberta a partir de 1970. Têm participação expressiva no contexto da história do país pela forma como integrou as ações governamentais desde os anos 1950. Serviu oferecendo possibilidades de solução para os equívocos e problemas de outras regiões, apresentou-se como área a ser protegida como patrimônio ambiental com significado para todo o planeta e fundamentalmente por expressar a formatação da exploração familiar oriunda das diferentes formas existentes no cenário nacional.

O interesse de explicitar essa história, além de discutir a importância da exploração agrícola familiar no contexto da região, enfatiza o processo de ocupação regional como catalisador das práticas regionais, demonstrando como a exploração agrícola familiar tem se organizado para persistir como modo de produção que viabiliza a utilização dos recursos naturais e responde as necessidades e estímulos nesse contexto regional.

Qualquer discurso sobre o processo de ocupação da região, seja ele no mundo acadêmico seja no dos cidadãos comuns, terá como determinante histórico a abertura da estrada BR 230, a Transamazônica. A periodização entre o antes e depois da estrada é consenso em todos os campos. Haverá porém distintivos no que concerne ao pioneirismo, sendo acentuadas as contradições entre os empresários do ramo do extrativismo (borracha, castanha, madeira), da criação bovina extensiva, e dos ocupantes de pequenos estabelecimentos agrícolas voltados para a produção de subsistência ou comercial estimulada pelo processo de modernização agrícola. De fato será este o contexto no qual devemos refletir e pensar os processos em andamento nesta região ainda indefinida no que concerne ao seu futuro e aos arranjos que possam ali se consolidar.

³ No caso específico da área em foco neste trabalho, estamos falando dos municípios de Pacajá, Anapú, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Ruropolis, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu. (Figura 1).

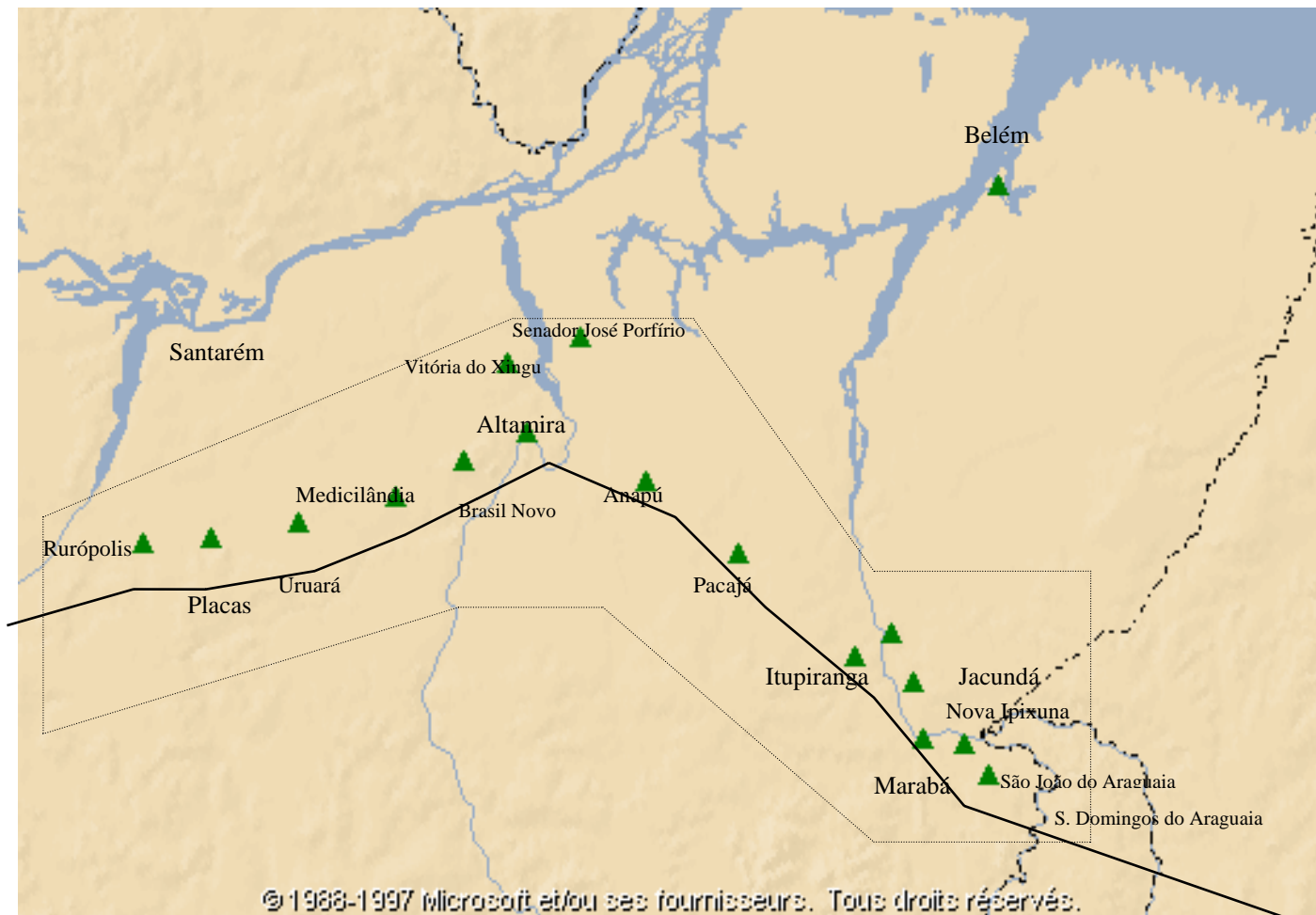


Figura 1 Região Transamazônica Paraense.

Légende: — Transamazonienne

----- Zone d'action du Dispositif Recherche Formation Développement.

Source: Atlas Mundial Microsoft Encarta Ed. 1998. Elaborado por Gutemberg Guerra.

Exploração Agrícola Familiar na Transamazônica

A exploração agrícola familiar sempre esteve representada no contexto da exploração agrícola nacional, seja em maior ou menor escala dependendo da região e das condições, evidenciando-se como o sistema de exploração mais utilizado em nosso território. Desde a colonização se caracterizou a interiorização das grandes fazendas com poucas terras, onde famílias sobreviviam a partir de suas lógicas e esforços de seus membros.

No período colonial, as grandes extensões de terra foram doadas por Portugal a um reduzido número de senhores, e as pequenas propriedades ocuparam pedaços de terras no interior dessas fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico (PRONAF, 2002).

Existem demonstrações de que embora sejam as doações reais sob forma de sesmarias quem dá a matriz para o latifúndio na Amazônia do século XVIII, é nos interstícios deste, nas sobras de terras, que se formam estabelecimentos fundados na mão de obra familiar, na moradia e na exploração agrícola voltada para o consumo dos habitantes e vizinhos (ANGELO-MENEZES, 1998). A exploração agrícola familiar brasileira tem sua conformação nas origens coloniais, embasada em três distintas características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a antiga, porém prolongada relação do tipo senhor/escravo, que provocou fragilidades e dependências sociais para com os pequenos produtores (LAMARCHE, 1993).

Ao passar do tempo, com toda precariedade e especificidade, a exploração familiar resistiu e se expandiu por todo território nacional, fortalecida pela ação dos imigrantes europeus que se organizavam em colônias, desenvolvendo atividades com a força do trabalho familiar, com características itinerantes e rudimentares.

Para Lamarche (1993), a exploração agrícola familiar, corresponde:

... a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração agrícola engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução de exploração.

Essa interdependência caracteriza a diferença existente entre a exploração agrícola familiar e as demais formas de exploração do campo, o que não implica afirmar que essa categoria seja homogênea, uma vez que as atividades desenvolvidas no sistema de produção dependem restritamente das condições e necessidades da microrregião, ou seja, a exploração é impulsionada através da lógica familiar e das condições dos meios de produção.

Lamarche (1993), chama atenção para o preceito da exploração agrícola familiar no Brasil com três distintos pólos: nordeste, sudeste e sul.

No Nordeste, a exploração agrícola era definida a partir da degradação de vida pressuposta pela sujeição aos grandes latifúndios, pois os pobres livres, como eram chamados os pequenos produtores, sempre serviram às grandes produções resultantes da associação entre a criação de gado extensivo e a cultura do algodão. Nesse caso, a situação imposta de serem um grupo diferenciado, marginalizado, propiciou um povoamento isolado nas regiões semi-áridas, onde se buscava a subsistência dos moradores desfavorecidos.

No Sudeste, nota-se a ação dos estrangeiros em busca da produção nas fazendas de grandes culturas em conjunto com criação bovina e posteriormente constituindo a força de trabalho nos latifúndios que possuíam cafezais. É interessante destacar, pela distinção de origem, o nível organizacional dessa categoria e suas estratégias, diferenciando-se sem dúvida dos moradores da região anteriormente citada. Outra característica específica da exploração familiar conduzida no Sudeste é que os moradores ao se organizarem utilizavam, de modo geral, porção de área maior do que na exploração praticada no Nordeste, por se diferenciarem quanto às culturas que eram exploradas.

O terceiro pólo é identificado na Região Sul, inicialmente por ter sido povoada posterior às demais regiões. A exploração era caracterizada pela utilização de médias porções de terra, como no sudeste, porém, preocupados com a máxima diversificação das lavouras alternando com a criação bovina. Característica marcante da exploração agrícola nessa região se dá por concentrarem as primeiras movimentações sociais organizadas em prol da classe dos pequenos produtores, em torno de cooperativas.

Essa diversificação caracterizada em âmbito nacional sofre influência de inúmeros fatores: aspectos agroclimáticos, políticas públicas, culturais e destaque para a execução falha da modernização no setor agrícola do país. No período de expansão da fronteira agrícola do país, a diversificação da exploração agrícola coexiste e interage, definindo nova contextualização para a lógica da exploração familiar.

No início dos anos 1960, a seletiva modernização da agricultura propunha a transformação do latifúndio improdutivo em empresa moderna – dinâmica que se desencadearia associada ao desenvolvimento do setor industrial de insumos orgânicos e mecânicos a ser montado no país (COSTA, 1998).

Posterior a esse fato, a política do governo nos anos 1970 é voltada para superar o agravamento e as distorções surgidas a partir da modernização conservadora. Nesse momento se promove à estratégia de povoar novas áreas agricultáveis, no caso a Amazônia, ficando explícito o interesse governamental em sanar os problemas do campo sem ter que promover a reforma agrária. Até esse momento da exploração no setor agrícola, o governo não havia possibilitado esperança para os pequenos agricultores (fundamentalmente familiares). Até então só teria favorecido através de incentivos os grandes latifundiários e as empresas agrícolas.

A abertura de novas áreas à exploração agrícola na Região Amazônica, acompanhada pela propaganda de apoio às atividades agrícolas e aos produtores de outras regiões (migrantes) e mais a situação de descaso e pressão que agricultores sofriam nas outras regiões, proporcionam o deslocamento de muitos agricultores para os limites da Amazônia, primordialmente com objetivo de adquirir porção de terra para a subsistência da família. Tal fato provocou ampliação na dinâmica de exploração agrícola da região, tendo diferentes especificidades da exploração agrícola familiar nacional confluídas em um mesmo espaço, a Transamazônica.

O Processo de ocupação da Transamazônica

A Região da Transamazônica, conjunto dos municípios localizados às margens e/ou próximos da Rodovia - BR 230 – Transamazônica (ver figura 01), apresentava antes da abertura da rodovia, uma dinâmica de exploração extrativista, prioritariamente a coleta do látex, para a produção da borracha. No final da década de vinte, ocorre queda na aceitabilidade do látex, promovendo êxodo, fazendo com que grande parte da população direcione-se aos garimpos próximos e presentes na região. O município de Altamira, como todos os outros citados como sob influencia da rodovia, de fato possuem uma faixa de alguns quilômetros na sua margem, tendo a maior parte de suas extensões distantes da estrada principal, como demonstra a figura 2.



Figura 2 Representação do Complexo dos Municípios que compõe a Região da Transamazônica.

Fonte: Almanaque Abril (2000), adaptado por Herrera, 2001.

O refluxo à região ocorre através de incentivos governamentais, para retomar o desenvolvimento da atividade extrativista do látex, para a exportação de borracha, cumprindo o *Acordo de Washington* firmado com os EUA durante a segunda guerra mundial.

Percebe-se que a região despontava para mudança na sua formação socioeconômica, ainda na década de trinta e pouco mais acentuada e perceptível nos anos cinquenta, aproximadamente vinte anos antes da rodovia, mas, “por diversas situações e concepções muitos vêem o progresso e o desenvolvimento vinculado à abertura da Rodovia Transamazônica nos anos 70” (UMBUZEIRO, 1987), bem como mostra FURTADO (1982) em seu clássico *Formação Econômica do Brasil*.

Ocorre a constituição de uma linha temporal e espacial (no caso definida pela Transamazônica) distinguindo o desenvolvimento econômico e agrícola em duas fases distintas: antes da abertura da rodovia (baseada fundamentalmente no extrativismo com pouca prática agrícola) e a outra posterior à abertura da Transamazônica, como consequência da política governamental.

Considerada como região de fronteira, sofre influência de pelo menos dois fatores durante sua ocupação e evolução. Segundo Becker, considera-se fronteira:

... não por ser zona de limitação geográfica e sim pelo seu caráter social, já que se pode considerar a participação dos pequenos produtores e dos grandes empreendimentos capitalistas e suas respectivas participações, no contexto sócio-econômico da região (BECKER, 1998).

O primeiro fator, por apresentar conflitos entre duas lógicas opostas e incompatíveis de pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse é gerado pelo trabalho, moradia e produção (GUERRA, 2001), e o modo capitalista baseado na propriedade da terra (MARTINS, 1996).

O segundo situa-se na imagem oficial governamental da época em que a fronteira era vista como espaço vazio, que poderia sanar os conflitos e problemas sociais vividos nas demais regiões do país, através da imigração coletiva, experiência que caracterizou um mito, pois negou a existência das populações indígenas e caboclas das sociedades locais.

Muitos atribuem a abertura da Rodovia Transamazônica como resolução de duas situações ligadas à questão do espaço vazio: a primeira com o caráter protecionista, a Amazônia, vasta área que participa da massa continental sul-americana compartilhada com países vizinhos, onde os mesmos tentaram a exploração em áreas desocupadas no território brasileiro.

Outrora, corresponde à ocupação desse espaço vazio por pessoas oriundas de outras regiões do país, as quais vivenciavam problemas socioeconômicos e precisavam de novas áreas para tentar se reproduzir.

Segundo Smith, (1982 *apud* WALKER, 1997) a origem das famílias que participaram da ocupação da região tinha origem diversificada, sendo 41% da Região Nordeste, 16% do Centro-Oeste, 14% do Sul, 11% do Sudeste e 18% de outros lugares da própria Região Norte.

Com relação a esse fluxo migratório de ocupação da Amazônia, Valverde (1989), faz consideração de causa e efeito atribuindo a fenômenos ocorrentes em outras regiões do país, como os prejuízos dos cultivadores de café em função da forte geada no ano de 1975, assim como os ciclos de seca no Nordeste, a estrutura fundiária, o crescimento populacional, dentre outros fatores.

Partindo desses fatos, a abertura da Rodovia Transamazônica é o catalisador da formulação definitiva da integração e segurança nacional, da correção dos desníveis regionais e de uma justiça social e econômica mais equânime, de acordo com o generoso e cordial espírito do povo brasileiro.

O projeto responsável pela abertura da Rodovia teve seu início de forma ordenada no ano de 1969, com a publicação do trabalho intitulado *O Papel da Rodovia no Desenvolvimento da Amazônia*, elaborado pelo engenheiro Eliseu Resende, o qual ocupava na época o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem. Em 06 de junho de 1970, o governo através do decreto 1.106, instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como objetivo financiar o plano de obras de infra-estrutura nas áreas de atuação da Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência da Amazônia (SUDAM), tentando desta forma, integrar de modo mais rápido essa região ao restante do país.

Breve Histórico da Dinâmica Agrícola na Região da Transamazônica

Durante o processo de exploração regional, a agricultura começa a ganhar força no início da década de trinta, quando ocorre o abandono dos seringais, devido o declínio nos números de indivíduos presentes na região. Em contrapartida, nessa época começa a ser dada ênfase às atividades agrícolas e alguns anos depois às atividades pecuárias, fato justificado pela necessidade dos seringueiros, caucheiros⁴ assim como os tropeiros⁵, buscarem novas formas de se reproduzirem, no meio agrícola.

A produção agrícola da região era em seus primórdios embasada em três culturas; mandioca, feijão branco e arroz, devido à baixa experiência dos produtores em desenvolverem outros cultivos e não contarem com política de apoio voltada para esse tipo de atividade.

O apoio à agricultura se dá efetivamente, após 1959, quando começa a abertura das estradas vicinais para escoamento da produção e com doação de títulos definitivos de terra, objetivando fixar o homem ao campo.

⁴ Indivíduos que extraem a borracha do caucho (*Castilloa ulei*, árvore da família das Moráceas, cujo látex dá uma borracha de qualidade inferior).

⁵ Indivíduos que conduzem caravanas de animais de carga.

Depois de instalado infraestrutura mínima (anos 1960) voltada para a questão da produção agrícola no Município de Altamira, ocorre considerável aumento no fluxo de produtores migrantes de outras regiões para as áreas circunvizinhas ao município. A pecuária sofre impulso a partir de 1940, acelerando-se no decênio de 1950, com a proposta do governo para aumentar a criação de gado de forma extensiva nas áreas de fronteira (HERRERA, 2001). Aumentando consideravelmente o sistema criatório da região, como retrata, a informação atribuída ao ano de 1952, quando se contava com rebanho de aproximadamente 3.000 (três mil) cabeças, isso ainda, numa colonização embrionária e com assistência técnica deficiente.

Em 1976, começaram os incentivos às culturas perenes e se instalou na região o Procacau – Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional. A partir desta fase, os sistemas de produção passaram a ter diversificação direcionada, seja com o cultivo da pimenta-do-reino, seja com o do cacau ou, ainda, com o do café. Esse período assumiu grande importância por ter sido determinante na trajetória da evolução dos estabelecimentos agrícolas. Nesta fase, ocorreram a implantação e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar na região, fazendo parte do projeto agroindustrial do governo federal previsto no modelo de colonização (UMBUZEIRO, 1987).

Em 1986, o cacau e a pimenta atingiram altas de preços no mercado, induzindo vários agricultores a investirem ainda mais nestes cultivos. Neste mesmo período intensificaram-se sérios problemas fitossanitários, resultando em conseqüências desastrosas para os cacauais e pimentais implantados com oito a dez anos de idade.

O ano seguinte (1987) marcou o início da queda dos preços e das fortes flutuações do mercado, ao mesmo tempo em que a fusariose (*Fusarium solani f. sp piperis*) nas pimenteiras do reino (*Piper nigrum*, L.) (BENCHIMOL *et alii*, 2000) e a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis pernicioso* (STHAEL) Singer) no cacau (*Theobroma cacao*, L.) se disseminaram na região. Em 1988, uma resolução governamental (citar) praticamente inviabilizou a produção do cacau na região, proibindo a entrada do cacau tipo II e refugio no mercado internacional.

O histórico de chegada da maioria dos agricultores residentes na Região de Altamira marca os anos de 1971 e 1973 (WALKER, 1997). Os agricultores começaram seus estabelecimentos com em média 80 ha de terra. O aumento do tamanho dos lotes de terra é geralmente justificado pela preocupação com o assentamento dos filhos dos agricultores. Essa aglutinação de terras corresponde tanto ao processo de expansão da ocupação no extremo final das vicinais, quanto ao de concentração fundiária dentro da área de colonização mais antiga, ocorrendo a venda de alguns lotes pelas primeiras famílias que abandonaram a agricultura, seja para voltarem à região de origem, ou para abrirem pequenas ou médias empresas na cidade de Altamira.

Em média, cada família é composta por sete pessoas que dependem da renda agrícola para a manutenção, incluindo os que vivem no lote e/ou jovens estudando na cidade. Em alguns casos, essas famílias são bem maiores quando considerados os filhos que se emanciparam. A força de trabalho familiar é composta, geralmente, por três pessoas ativas. "Trabalhar para outros

agricultores ou fazendeiros, ou contratar empregados permanentes não é muito comum, ao contrário da relação de "meia" que é bem evidente"(CASTELLANET *et ali*, 1998).

Ao longo desses anos que marcaram a ocupação da região, as famílias foram estabelecendo intrínseca relação com os recursos naturais, tentando a cada ciclo agrícola melhor aproveitar sua força de trabalho, maximizando a produtividade, o que não significou melhor uso dos recursos, por diversos fatores, fundamentalmente pela falta de compreensão acerca da sustentabilidade dos recursos, falta de acompanhamento técnico e de políticas públicas voltada para a especificidade da produção familiar.

Embora as grandes empresas privadas tenham abocanhado maior parte dos incentivos do Estado no desenvolvimento recente da Amazônia, a produção familiar tem sido característica marcante na região, possibilitando diversas discussões e debates entre as representações dos agricultores, instituições não-governamentais e governamentais na perspectiva de viabilizar a sustentabilidade das ações das famílias no campo.

Dinamismo ligado à lógica camponesa e empresarial em disputa

Nesta breve reflexão sobre o cenário de ocupação da Transamazônica, alguns elementos devem ser ressaltados como fundamentais para uma compreensão da dinâmica que ali ocorre. A primeira delas é de que estamos em um contexto de fronteira, em que ainda estão se definindo as forças dos atores sociais e acomodações sócio-econômicas. É incontestável a presença e ação dos produtores familiares, estes entendidos como categoria social fundada na produção agrícola voltada para o auto-consumo e mercado interno, diversificada, efetivada em áreas variáveis entre 10 e 150 hectares, tendo como mão de obra essencial a da família.

A presença desta categoria ganha visibilidade na disputa feroz projetada pelo antagonismo com empresas capitalistas poderosas, associadas e sob o estímulo de intervenções governamentais, o estado presente e favorável a estes empreendimentos, e uma manipulação evidente em favor das empresas. Este antagonismo entre agricultores familiares (camponeses), e empresas ora se expressam em ações contraditórias do Estado por conta da mobilização e alianças efetiva e eventuais dos agricultores familiares com outras categorias sociais presentes na região.

Bibliografia Consultada

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **Histoire sociale des systèmes agraires de la Vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII siècle et la première moitié du XIX siècle.** Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales-EHESS, 1998. (Thèse du Doctorat).

BECKER, Berta K. **Amazônia.** 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

BENCHIMOL, RUTH Linda; CHU, Elizabeth Ying; MUTO, Roberto Yuiti e DIAS FILHO, Moacyr Bernardino. Controle de fusariose em plantas de pimenta-do-reino com bactérias endofíticas: sobrevivência e respostas morfofisiológicas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira.** Brasília; n° 7; p. 1343-1348, jul. 2000. Disponível no site <http://Atlas.sct.embrapa.br/pab/pab/...> Acessado em 08/03/2006.

COSTA, F de A. **Ciência, tecnologia e sociedades na Amazônia:** Questões para o desenvolvimento sustentável. Ed. CEJUP. Belém-Pa, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Ed. Nacional, 1982.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira.** Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: Universidade Federal do Para, 2001.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento econômico agrícola do Município de Altamira.** UFPA. Altamira – PA. 2001. (Sem corpo Editorial).

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar v.1.** Tradução: Tijiwa A. M. N. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no seu lugar político.** Petrópolis: Vozes, 1996.

PRONAF. **Buscando as Raízes: Agricultura familiar e Reforma Agrária.** Brasília: MDA/PRONAF, 2002.48 P.

UMBUZEIRO, U. M. **Altamira e Sua História.** Gráfica Sagrada Família – Offest. Altamira, 1987.

VALVERDE, O. **Considerações finais, conclusões e sugestões.** In: VALVERDE, O. org. A organização do espaço da faixa da Transamazônica. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v. 2, p.215-220.

WAGNIEVICZ, W. D. **O traçado e a estrutura da rodovia.** REIS, A.C.F. ed. Transamazônica: a integração brasileira. Rio de Janeiro: Conquista, 19---, p. 45-59.

WALKER, R. T., et al. **A Evolução da Cobertura do solo nas áreas de pequenos Produtores na Transamazônica.** In: HOMMA, A. K. O.(ed.) Amazônia Meio Ambiente Desenvolvimento Agrícola. Embrapa, Brasília: 1993, p.322-343.